



CARTA nº 180/2021

Rio de Janeiro, 13 de abril de 2021.

À
Secretaria de Biodiversidade e e
Secretaria de Áreas Protegidas do
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 8º andar, sala 800
Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 9º andar, sala 900
CEP: 70068-900 Brasília – DF

Att: Maria Beatriz Palatinus Milliet e André Pitaguari Germanos

A/C: Departamento de Áreas Protegidas - Laura Andrea Chinaglia Abba

Ref.: Arpa –renovação Acordos de Cooperação MMA , ICMBio com interveniência do MMA e Estados integrantes do Programa com interveniência do MMA.

Prezados Senhores,

Vimos, por meio desta, no âmbito do **Programa Áreas protegidas da Amazônia ARPA**, em resposta aos questionamentos encaminhados por e-mail pela DAP em 07/04/2021 em relação às minutas dos Acordos de Cooperação com os Estados, anteriormente enviadas pelo Funbio, apresentar nossos esclarecimentos, minutas ajustadas, planos de trabalho respectivos e novamente, solicitar a renovação dos Acordos de Cooperação em referência, pelo que a seguir se expõe:

- 1) O Programa ARPA é um programa de longa duração, implantado em 2002 e previsto para ser executado até o ano de 2039, sendo o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO o gestor financeiro e operacional do Fundo de Transição, mecanismo financeiro que agrega recursos recebidos de doações privadas com vistas à conservação da biodiversidade e essencial auxílio ao controle das mudanças climáticas, tendo como beneficiárias finais as Unidades de Conservação do bioma amazônico.
- 2) Com tal estrutura o Programa Arpa exige a continuidade das ações sem interrupções, fazendo-se necessária a renovação dos Acordos (Acre- 02/2015, Amazonas 05/2015; Mato Grosso 04/2015; Rondônia 03/2015; Tocantins 01/2015), além do próprio Acordo

de Cooperação com o MMA (AC 04/2020) para a regular execução do Programa para o alcance dos seus objetivos sob a coordenação técnica do MMA.

- 3) Em relação aos questionamentos da DAP enviados por e-mail, prestamos o nosso esclarecimento como Anexo I a esta carta.
- 4) Em relação à nota explicativa encaminhada pela DAP que se refere aos Acordos de Cooperação que envolvam comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento patrimonial, nosso entendimento é de que tal nota é aplicável aos Acordos que contemplem compartilhamento de bens adquiridos, transformados ou produzidos com recursos do ente público, o que não ocorre no Programa Arpa.
- 5) O Decreto 8,726/2016 prevê a não aplicação de determinados artigos de sua redação aos Acordos de Cooperação que não prevejam o compartilhamento de bens por doação ou comodato, referindo-se aos artigos 23 e 29 do Decreto 8.726/2016, bem como ao artigo 63 da Lei 13.019/2014, o que é totalmente aplicável para os Acordos celebrados para a execução do Programa Arpa.
- 6) No âmbito do Programa Arpa os Acordos de Cooperação não preveem comodato, doação de bens ou outras formas de compartilhamento de patrimônio público pertencentes a qualquer dos parceiros entes públicos integrantes do arranjo institucional do projeto, na linha do que preconiza o artigo 6º, § 2º, inciso I do Decreto 8.726/2016:

“§ 2º O órgão ou a entidade pública federal, para celebração de acordo de cooperação que não envolva comodato, doação de bens ou outras formas de compartilhamento patrimonial, poderá, mediante justificativa prévia e considerando a complexidade da parceria e o interesse público:

I - afastar as exigências previstas nos Capítulos II e III, especialmente aquelas dispostas nos art. 8º, art. 23 e art. 26 a art. 29; e

II - estabelecer procedimento de prestação de contas previsto no [art. 63, § 3º, da Lei nº 13.019, de 2014](#), ou sua dispensa.”

- 7) O artigo 23 refere-se à titularidade dos bens remanescentes adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela administração pública federal após o fim da parceria.
- 8) O artigo 29 refere-se à necessidade de verificação prévia pelo administrador público em cadastros relacionados à gestão de recursos públicos.
- 9) O artigo 63 da Lei 13.019/2014 também se refere a prestações de contas e manuais relativos a elas relacionados com a gestão de recursos públicos.
- 10) No caso da prestação de contas, trata-se de recursos de doação, não integrantes do orçamento público da União e é cabível o procedimento estabelecido no Manual Operacional do Projeto de acordo com a estrutura de governança e arranjo institucional do Projeto e na forma das relatorias ali estabelecidas, portanto sendo aplicável a dispensa permitida pelo inciso II do parágrafo 2º do artigo 6º do Decreto 8.726/2016.

- 11) Assim a inaplicabilidade dos referidos artigos nos Acordos de Cooperação do Programa Arpa decorre do próprio regramento aplicável.
- 12) Detalhamos que as renovações aos Acordos ora solicitadas inseridas nas minutas que encaminhamos estão nos termos do MROSC e contemplam as mesmas condições dos anteriormente celebrados, com adaptações referentes à fase III do Programa Arpa, para a continuidade da execução do Programa, de acordo com a estrutura de arranjo institucional e governança já estabelecidas e refletidas no MOP.
- 13) Aproveitamos para informar que os documentos necessários para instruir o processo administrativo para a celebração dos Acordos de Cooperação estão disponíveis no link <C:\Users\flavia.neviani\OneDrive - Fundo Brasileiro para a Biodiversidade\Kit documentos para AC>, já encaminhado a V.Sas. também por e-mail pela equipe da gerência do Programa no Funbio.
- 14) Por fim, dada a característica de Programa de longo prazo do Arpa e considerado o prazo de prorrogação permitido pela lei do terceiro setor para o Acordo de Cooperação, solicitamos a V.Sas, que insiram nas minutas encaminhadas o prazo de renovação que considerarem adequado, pelo que deixamos espaço em lacuna a ser preenchida por V.Sas. considerando a necessidade de garantir a não descontinuidade ou paralisação das ações do governo federal no Programa. Neste sentido, encaminhamos duas alternativas de Planos de Trabalho para que o MMA, como coordenador técnico do Programa Arpa, defina a melhor opção para o cumprimento dos objetivos do Arpa.

II) Em relação à manifestação do MMA quanto ao teor dos Acordos de Cooperação com Estados sugerimos o procedimento de o MMA avaliar a minuta modelo antes de qualquer manifestação dos Estados para trabalharmos com todos eles em cima de um texto que já é aprovado pelo MMA como interveniente e coordenador do programa e restasse apenas a análise das demandas eventuais de ajustes por cada estado, mas em cima de um texto comum para todos.

III) Em anexo:

- Anexo I – Esclarecimentos quanto ao teor das minutas encaminhadas em relação aos Acordos de Cooperação celebrados anteriormente no âmbito do Programa Arpa, mais especificamente em relação às definições e às atribuições das Partes.
- Minuta de AC MMA + Plano de Trabalho (para 1 ou até 5 anos)
- Minuta de AC ICMBio, com interveniência MMA + Plano de Trabalho (para 1 ou até 5 anos)
- Minuta de AC Tocantins, com interveniência do MMA+ Plano de Trabalho (para 1 ou até 5 anos)
- Minuta de AC Amazonas, com interveniência do MMA+ Plano de Trabalho (para 1 ou até 5 anos)

- Minuta de AC Acre, com interveniência do MMA+ Plano de Trabalho (para 1 ou até 5 anos)
- Minuta de AC Rondônia, com interveniência do MMA+ Plano de Trabalho (para 1 ou até 5 anos)
- Minuta de AC Mato Grosso com interveniência do MMA+ Plano de Trabalho (para 1 ou até 5 anos)

Aproveitamos o ensejo para renovar nossos protestos de alta estima e consideração, estando à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais porventura necessários.

Atenciosamente,

Flávia Neviani
Assessoria Jurídica

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/E912-86B9-A591-E8E8> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: E912-86B9-A591-E8E8



Hash do Documento

8E50BFF5D0734A9FC8D985B2AAD2A5F17AFF82D3592444E34CF829DF321F2E12

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 13/04/2021 é(são) :

☒ Flavia De Souza Neviani - 859.454.987-34 em 13/04/2021 16:52

UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

